

## HÁ SAÍDA, DENTRO DA ORDEM, PARA A CRISE DO CAPITAL?<sup>1</sup>

Maria Cristina Soares Paniago<sup>2</sup>

Já se tornou senso comum falar da crise do capitalismo nos quatro cantos do planeta. Não há distinção entre classes ou entre gerações quanto ao sentimento de que algo mudou em suas vidas, tendo como ponto de inflexão comumente compartilhado por todos a sensação de instabilidade e ameaça de um futuro incerto. Todavia, apesar de ser comum a sensação de insegurança, a situação se apresenta de forma significativamente distinta para aqueles que possuem e acumulam capital e para aqueles que vivem de salário e que vendem sua força de trabalho.

Por ser uma crise geral do sistema do capital, todos sofrem seus efeitos, mas ao considerarmos as classes, constatamos que a reação a seus efeitos é absolutamente distinta, deixando àqueles que possuem capital o poder de encontrar “soluções” que preservem sua situação de privilégio de classe. E aos demais, aos trabalhadores, dada a inércia política consumada no período dos ganhos materiais do passado, como efeito residual do crescimento e expansão do sistema ainda vigente na primeira metade do século XX, resta “sofrer” a ação da crise, esperando que a retórica do crescimento e do neodesenvolvimentismo concretize os resultados prometidos com a recuperação dos empregos e da renda do trabalho.

Muito se tem falado e escrito sobre a crise e seus “ciclos” no tempo. Somos inundados periodicamente com gráficos e estatísticas que anunciam ora os impactos inocultáveis da dificuldade de expansão e acumulação crescentes do capital, ora indicadores de recuperação das tendências de crescimento que revelam uma ciranda de números positivos, e negativos, a depender da perspectiva ou setor econômico que se quer destacar e valorizar. Indicadores fragmentários, efêmeros, mas sempre bem utilizados pelo poder político de plantão.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na coletânea Crise contemporânea, Desafios do Conhecimento e Lutas Sociais (EDUFAL, Maceió, 2017).

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Serviço Social da UFAL (Universidade Federal de Alagoas) e membro do Grupo de Pesquisa Lukács e Mészáros – fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa.

Também nesse aspecto, se quisermos, podemos destacar como o comportamento dos valores econômicos na reprodução social sobre a vigência do capital se apresentam com forte caráter de classe, pois o problema dos déficits encontra-se sempre nos gastos e nas políticas que incidem sobre o trabalho, e os que impulsionam positivamente uma recuperação econômica do sistema referem-se sempre à expansão dos negócios no plano do mercado interno e internacional. O capital é o benfeitor social, e o trabalho representa um enorme custo para a sociedade, no mais clássico jargão liberal, pois sempre quer mais, vive mais tempo, e reproduz-se de forma ainda mais ameaçadora para a reificada contabilidade do sistema, debilitada pela alegada crise conjuntural de “crescimento” do capital.

O antagonismo de interesse e participação na geração e usufruto da riqueza social, nos quadros do capitalismo mundial, acentua-se entre quem produz e quem se apropria privadamente do excedente na forma de capital. Expressa-se de forma cada vez mais visível nas medidas anticrise implementadas mundialmente desde os anos 1970, distribuindo os danos sociais da crise entre os trabalhadores empregados e desempregados do mundo, e reservando uma parcela cada vez maior da disputada riqueza mundial a uma concentrada minoria de gigantescas “entidades” corporativas transnacionais.

Compreender a verdadeira natureza da crise sistêmica do capital exige um enorme esforço de investigação e de enfrentamento às eficazes mediações ideológicas que formam a opinião e orientam a ação política da própria classe trabalhadora. O que implica saber, conseqüentemente, se há e qual é a saída possível da crise do sistema do capital, que afeta de forma brutal nossas vidas nos últimos 50 anos.

Pretendemos neste artigo argumentar, com base nas originais contribuições de István Mészáros, que o reconhecimento do caráter estrutural da crise do capital é um requisito fundamental para se encontrar formas de superação das contradições alimentadas pelo sistema do capital e tendencialmente em aprofundamento, as quais penalizam e põem em risco a vida da maioria da população planetária.

As soluções para a crise, se, como Mészáros, a entendermos como tendo um caráter estrutural, devem conter “medidas estruturais”, uma vez que o período das lutas defensivas do trabalho, que acompanhou a fase ascendente do sistema, viu esvaírem-se, juntamente ao crescimento do capital, os ganhos parciais e temporários que um dia pôde obter. Coloca-

se, portanto, hoje, como inevitável um confronto entre ordens sociometabólicas alternativas e excludentes – do trabalho e do capital. A crise estrutural desempenha um papel objetivamente decisivo nesses desenvolvimentos, como veremos.

### 1. A natureza da crise do sistema do capital

Para tratarmos da crise do capital, é indispensável que saibamos identificar o modo de operação desse novo modo de produção de riqueza social, desde os primórdios do capitalismo comercial. Não há como dispensar as contribuições da economia política, que em seu estado genuíno, formuladas por Smith, favorecem enormemente a compreensão do modo de ser do capital, sob o ponto de vista dos capitalistas. E a sua crítica realizada por Marx, que nos faz identificar suas contradições fundamentais e seus limites insuperáveis. Não há como compreender a crise do capital sem entender a origem e a acumulação ampliada do capital social total.

Antes de o capital se transformar em capital fruto do trabalho produtivo, precisou de um longo período de acumulação primitiva para se capacitar a dar o golpe final na economia feudal autossuficiente.

O capitalismo não surgiu num passe de mágica; foi resultado tanto da falência reprodutiva do feudalismo, como de um longo processo de inovações na maneira de se atender às necessidades sociais crescentes requeridas pelo ressurgimento do comércio e da vida urbana, e pelo crescimento populacional ali a se aglomerar, nas margens da antiga organização feudal. Impulsionado pela expansão territorial das trocas, antes com as cruzadas, e depois com as grandes navegações, foi inevitável que isso provocasse profundas alterações na produção social, ou seja, no sociometabolismo do homem com a natureza, e também entre os próprios homens. Confirmando um inegável fundamento da economia política, o mercado forçou alterações e o crescimento da produção de mercadorias, agora voltadas exclusivamente para o valor de troca, e não mais produtos a serem utilizados como valor de uso.

Passam-se ainda três séculos para que o capitalismo possa se impor como o modo mais eficiente de produção de excedente no intercâmbio do homem com a natureza e para instituir uma nova relação social entre os homens, baseada no trabalho assalariado. Antes

disso, o capital originário teve de se avolumar em uma escala necessária à transformação final do modo de produzir os meios necessários à subsistência e aos meios de produção que irão marcar a era do capital.

Quem fará essa acumulação primitiva de capital é o capitalista dono do dinheiro (possuidor de capital comercial e de capital usurário), que comparece ao mercado para comprar e para vender, ou emprestar a juros, em busca de um acréscimo que leve ao aumento do valor de seu capital-dinheiro. A partir desse momento a circulação de dinheiro como capital, diz Marx nos Grundrisse, assume uma finalidade em si mesmo e exhibe um movimento insaciável de valorização do valor.

O crescimento proporcionado pela expansão das trocas comerciais, considerando-se a enorme ajuda do Estado Moderno em defesa dos interesses das nações capitalistas nascentes; a guerra pela ocupação das novas rotas comerciais marítimas, de novas terras fontes de metais preciosos e de matérias-primas, extraídos por força de trabalho de baixo custo (boa parte escrava); e uma insuficiente resistência nativa à ofensiva colonial, vão proporcionar um acúmulo gigantesco de riqueza conquistada e confiscada sob a força das armas, gerando o que passou a se chamar de acumulação primitiva do capital. Mas não só a ação do capital comercial ou usurário foi necessária; juntamente a esse processo estava sendo gerada uma massa de trabalhadores violentamente separados, com a ajuda da violência do Estado, de seus instrumentos e meios de trabalho, ainda sob sua posse no antigo regime de produção feudal.

O avanço do comércio, de acordo com a economia política, exigia o aumento da produção. Para produzir-se sob o novo regime de trabalho social, subordinado à divisão social de trabalho, deveria haver trabalhadores em abundância, e, também, consumidores capazes de gerar um mercado de consumo interno que realizasse na circulação o acréscimo do capital investido, indireta (comercial e usurário) ou diretamente (industrial).

No entanto, essas formas de capital-dinheiro eram apenas as formas pré-capitalistas de capital, pois atuavam tão só na esfera da circulação, transferindo a riqueza produzida de uma mão à outra. Não controlam a produção direta de mercadorias, não têm o caráter de capital produtivo, não se constituíram a partir da troca de “trabalho objetivado como valor”; são formas em si improdutivas, pois têm como ponto de partida e de chegada a circulação, e não a produção de mercadorias.

Para que as condições objetivas da produção capitalista viessem a se tornar predominantes, foi necessário que se encontrasse disponível aquela massa de trabalhadores livres, restando-lhes como única forma de sobrevivência a venda de sua força de trabalho. Sob essas condições impostas ao trabalhador, forja-se a fonte inesgotável de extração de excedente econômico, uma vez que ele se torna a única mercadoria que ao ser utilizada por seu comprador/capitalista produz um valor que excede o seu próprio custo. Gera, assim, um excedente crescente, impulsionado com os ganhos de produtividade progressivamente alcançados pela produção de novos valores de troca, o que significa valor que se autovaloriza nas mãos dos capitalistas.

Chegamos assim ao capital produtivo de valor, a mais-valia extraída do trabalho produtivo, trabalho objetivado sob o domínio do capital. O capital, agora industrial, passa a submeter toda a produção a seus imperativos cegos de acumulação ampliada. O reinvestimento na produção é sua fonte de revitalização contínua, e dela não se pode escapar. A nova relação social de exploração estabelecida entre capital e trabalho assalariado é que torna possíveis a produção da riqueza e a propriedade capitalista. Esse capital maduro lançará o capitalismo a um período de crescimento inusitado da riqueza social, após a Revolução Industrial.

Marx chama atenção para esse processo ao revelar o caráter circular da reprodução do capital; ele parece forjar sua própria autorreprodução, por sua exclusiva vontade e ação. Afirma Marx que, “tão logo o capital se transforma em capital, cria seus próprios pressupostos, a saber, a posse das condições reais para a criação de novos valores sem *troca* – pelo seu próprio processo de produção”. Tudo o mais se subordina ao primado da realização da autovalorização do valor, subjugando a vontade dos homens e as condições naturais. É assim que o capital, para Mészáros em acordo com Marx, se torna a causa de si mesmo, sua “*causa sui*”. Uma forma social totalitária de alienação por excelência, que submete tudo a sua necessidade vital de valorização do valor, da acumulação de capital (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 711).

Desse modo, o capital adquire um poder autoconstituente, que não admite nenhuma intervenção externa a limitar seu poder de expansão da riqueza, ignorando as necessidades humanas e tornando intolerável qualquer manifestação de vontade autodeterminada dos sujeitos envolvidos.

Para Mészáros, os problemas e contradições imanentes a um modo de produção social fundado na exploração do trabalho, voltado à busca insaciável de acumulação de trabalho objetivado, que ignora as necessidades humanas e os limites do consumo real, que degrada a natureza, e, especialmente, impossibilita que o trabalho exerça positivamente para o próprio sistema seu duplo papel, como produtor e consumidor, ao provocar o desemprego crônico, requerem apenas soluções paliativas que contornam os problemas, pois não podem enfrentar as causas, enquanto causas de seu próprio ser (capital).<sup>3</sup> Dessa forma, resta somente ao sistema deslocar as contradições, transferi-las para outros setores ou países, mas jamais resolvê-las, agravando, com o tempo, as condições internas de sua própria reprodução ampliada.

Essas contradições não podem ser ignoradas plenamente, pois provocam dificuldades não negligenciáveis à sua dinâmica acumulativa. Mas, ainda que isso seja verdade, não é suficiente para que o capital se torne capaz de autolimitar-se, evitando o agravamento das contradições geradas pelo funcionamento de sua circularidade autoafirmativa, ou seja, de sua lógica imanente à valorização do valor, sempre em escala crescente. Utiliza, para tanto, a dinâmica expansionista a fim de deslocar as contradições e protelar seus efeitos negativos<sup>4</sup>, sem que possa reconhecê-los como tais. A expansão em todas as esferas e direções é uma necessidade, vista como a “solução” para desobstruir as vias da acumulação.

Como acentua Mészáros,

o capital não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação socioeconômica que venha restringir sua dinâmica voltada para a expansão. A expansão em si não é apenas uma *função* econômica *relativa* (mais ou menos louvável e livremente adotada sob esta luz em determinadas circunstâncias, e conscientemente rejeitada em outras), mas uma maneira *absolutamente necessária* de deslocar os problemas e contradições que emergem no sistema do capital, de acordo com o imperativo de evitar, como praga, as causas subjacentes. Os fundamentos causais que autoimpelem o sistema não podem ser questionados sob

---

<sup>3</sup> Para o nosso autor, “as mais profundas determinações causais do capital confinam as ações viáveis de correção do sistema aos efeitos e consequências estruturalmente assimiláveis, segundo a natureza do capital como inalterável *causa sui*.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 179).

<sup>4</sup> O sistema amadurece e se consolida na história gerando defeitos estruturais (entre produção e controle, produção e consumo, e produção e circulação), que no início estimulam sua potência produtiva e de dominação política. No entanto, carregam a real natureza de relações contraditórias, porém utilizadas e instituídas para favorecer o próprio sistema. Com a crise estrutural esses defeitos estruturais trazem à tona contradições cada vez mais incontroláveis, ameaçando o saudável funcionamento do sistema. Podem-se encontrar estas questões mais bem desenvolvidas no capítulo 2 de *Para Além do Capital*. (MÉSZÁROS, 2002)

hipótese alguma. Quando aparecem, os problemas devem ser tratados como disfunções “temporárias”, a serem remediadas com a reafirmação sempre mais rigorosa do imperativo da reprodução expandida. (MÉSZÁROS, 2002, p. 176).

É desse modo que uma das mais explosivas contradições do capital acaba por voltar-se contra sua própria lógica. Expansão significa garantir o crescimento da acumulação do capital; capital que é resultado do trabalho excedente extraído do trabalho assalariado, portanto, que cresce através do aumento da produtividade, com base na redução do tempo de trabalho necessário por unidade de mercadoria. Por consequência, obtêm-se mais mercadorias a um custo menor, invadindo-se novos mercados. Duas consequências são inevitáveis: a transformação de massas de trabalhadores em “força de trabalho supérflua”, pois se reduz a necessidade de trabalho vivo (proletários) em favor do trabalho morto (meios de produção), e a redução da capacidade de consumo daqueles que se tornarão candidatos ao subemprego, ao trabalho precarizado, ao trabalho temporário, e, por fim, ao desemprego crônico.

Medidas que tinham como objetivo primordial fazer o sistema do capital desembaraçar-se da queda tendencial da taxa de lucro, promovendo as condições objetivas para a recuperação da ascendência da lucratividade do sistema como um todo, ainda que não com igual participação de suas partes constituintes, sendo os benefícios administrados em favor dos países avançados, e, de alguma forma, das suas classes trabalhadoras, em detrimento daquelas dos países periféricos.

Isso não se deu de forma linear, sem oscilações e sobressaltos, na história do capitalismo. Durante o século XIX até o segundo terço do século XX, o capital conseguiu alcançar o seu período de expansão mais duradouro, o que não excluiu a ocorrência de processos de crises cíclicas (temporárias, passageiras), provocados pela ativação de suas contradições iminentes, as quais, no entanto, puderam ser contornadas com os ajustes ainda disponíveis para a recuperação e a ampliação da acumulação do capital social total. Mézáros argumenta que se pôde verificar, nos “últimos 100 anos”, certo êxito do capital em forjar uma “nova racionalidade” no enfrentamento de seus limites, ainda que isso “não (...) [possa] significar a eliminação da ‘irracionalidade’ e do ‘caráter anárquico’ do capital, (...) que *estendeu* significativamente os limites anteriores” (MÉSZÁROS, 2002, p. 553).

Podemos observar esse movimento através da “adoção de políticas e medidas mais racionais do ponto de vista da classe como um *todo*”, tais como:

- o desenvolvimento bem-sucedido da economia de consumo de massa;
- a adoção de estratégias keynesianas, concebidas na sequência de uma crise econômica desastrosa;
- a aceitação em larga escala da nacionalização no pós-guerra;
- a adaptação flexível do capital às demandas e tensões da “economia mista”<sup>5</sup>;
- o estabelecimento do Sistema Monetário Internacional e a criação de um grande número de instituições multinacionais (da CEE, ao EFTA, GATT, FMI etc.) em conformidade com os interesses globais do capital;
- a adaptação muito bem-sucedida do Estado nacional burguês às necessidades das “multinacionais” (na realidade, gigantescas empresas nacionais “transnacionais”);
- a operação bem-sucedida de um sistema global de dominação que mantém o “Terceiro Mundo” em paralisante dependência, fornecendo à burguesia não apenas vastos recursos e válvulas de escape para a expansão do capital, mas rendimentos suficientemente grandes para compensar em uma extensão significativa a queda tendencial da taxa de lucro, em adição à compensação fornecida pela concentração monopolista e pela centralização do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 553).

O fato de o sistema haver resistido aos abalos circunstanciais das crises cíclicas, e mesmo assim ter recuperado sua função vital de acumulação em níveis ainda mais vantajosos, não significa que haja superado a causalidade contraditória de sua forma de ser. O que se observou no decorrer das fases de crise e recuperação por que passou foi o agravamento das contradições e o esgotamento dos remédios até então utilizados, auxiliados pela mistificação de que constituíam uma “solução permanente”<sup>6</sup> (MÉSZÁROS, 2002, p. 796).

Aquelas condições objetivas que favoreceram um efeito restaurador da expansão do capital foram modificando-se, exigindo um uso mais frequente do conjunto de medidas

---

<sup>5</sup> Economia mista refere-se ao fato de o sistema do capital assimilar um modo de incorporação de demandas dos trabalhadores através da atuação da social-democracia reformista, a qual assume em diversos momentos a administração do Estado e da economia capitalista em países avançados, surgindo como a melhor opção diante da alternativa conservadora que se apresentava. A social-democracia abre, assim, mão da “possibilidade de um desafio socialista à dominação do capital”, como fez quando assumiu os governos na Inglaterra e na Alemanha. Prometia a “realização dos objetivos socialistas durante algum tempo”, estratégia depois abandonada em razão da crise estrutural do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 815, 955)

<sup>6</sup> Segundo Mézáros, Keynes afirmava, em 1930, que haveria uma “feliz ‘solução do problema econômico da humanidade’ (...) menosprezando a evidência sombria de uma grave crise econômica mundial”. Destaca ainda Mézáros, na nota 42 do capítulo 2 de *Para Além do Capital*, que “Keynes também imaginou que ‘a solução permanente do problema econômico da humanidade’ pode acontecer num mundo em que a dominação estrutural, historicamente dada, da absoluta maioria da humanidade por um punhado de países capitalistas privilegiados há de se perpetuar, e que o processo econômico construído sobre uma fundação tão frágil há de levar à feliz utopia da abundância sem limites. Ver seu artigo “Economic Possibilities for our Grandchildren” (1930) em *Essays in Persuasion*, Nova York, Norton & Co., 1963, p. 358-73.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 155).



necessárias ao deslocamento das contradições e à administração das crises, todavia, ao mesmo tempo, revelavam uma “eficácia decrescente”.

Instaura-se, a partir dos anos de 1970, a crise estrutural do sistema do capital, o que significa “simplesmente que a tripla dimensão interna [produção, consumo e circulação] da autoexpansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 799).

Cada vez mais é exigida a presença do Estado com sua ação corretiva sobre as distorções e fragmentações na perda de controle do sistema sobre suas partes constituintes e seus fundamentos vitais. O mercado e a maior vulnerabilidade lucrativa de suas unidades capitalistas deixam exposta a incapacidade de autorregulação dos mecanismos de reprodução do capital, agora, na esfera produtiva do sistema<sup>7</sup>, não mais em setores específicos, como já foi no passado o financeiro. A crise expande-se para as instituições políticas<sup>8</sup>, e a base da legitimidade do sistema vai progressivamente sendo corroída, pois se comprova na vida real a “incapacidade desta ordem de apresentar os resultados – até mesmo nos países capitalistas mais avançados – que em tempos passados foi o fundamento de sua legitimidade”<sup>9</sup> (MÉSZÁROS, 2002, p. 25).

---

<sup>7</sup> No século XXI, principalmente a partir dos acontecimentos de 2008 nos EUA, criou-se um entendimento hegemônico que via como a causa daquela crise imobiliária a “irresponsabilidade” dos órgãos privados envolvidos, que visavam tirar vantagens de curto prazo na especulação financeira com o objetivo de desafogar os estoques e encontrar novas modalidades lucrativas (e de maior risco) para o excedente de capitais no mercado americano. A contradição originada na base produtiva fica subsumida ao alvoroço que emerge na esfera financeira, e deixa-se de reconhecer que o fundamental é que, segundo Mészáros, “na base da crise especulativa financeira, aventureira, há um fator que constitui a base produtiva da economia capitalista e que atravessa uma grande crise: não consegue expandir o capital da forma como seria necessário, e esse elemento também pertence à crise estrutural”. (MÉSZÁROS, 2013, p. 20).

<sup>8</sup> Mesmo a indispensável ajuda da política se torna mais errática, a despeito dos impactos sociais danosos que é capaz continuamente de provocar. Lembra Mészáros que sob “o impacto devastador de uma taxa de lucro declinante, a margem de manobra da ação política tradicional tem sido reduzida à função de executar servilmente os ditames postos pelas necessidades mais urgentes e imediatas de expansão do capital, mesmo quando tais operações são invariavelmente desvirtuadas e apresentadas como sendo de ‘interesse nacional’ por ambas as partes do consenso ‘nacional’. E a revelação de como as decisões políticas estão diretamente subordinadas aos ditames do capital monopolista – que exclui, sem cerimônia, a vasta maioria dos representantes eleitos da definição de todas as questões relevantes – é feita de maneiras absolutamente inesperadas, por eventos embaraçosos como as renúncias, que ganham manchetes, de pessoas supostamente decisivas nas tomadas de decisões”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1.001).

<sup>9</sup> Para surpresa daqueles que pregavam o avanço dos benefícios materiais concedidos a parte dos trabalhadores dos países avançados como um caminho ao socialismo gradualmente progressivo, Mészáros aponta para a impossibilidade da manutenção de uma taxa diferencial de exploração antes existente a favor desses trabalhadores. Com a crise estrutural o preço desses benefícios, antes pago pelos trabalhadores do resto do mundo, já não pode poupar a acentuação da exploração das classes trabalhadoras em todo o mundo.

A crise estrutural do capital diferencia-se das crises anteriores porque “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”. Diferencia-se, também, porque no caso das crises anteriores o “deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças – mesmo que importantes – no interior do próprio sistema relativamente autônomo”. O que não é mais possível no contexto de uma crise estrutural, pois ela “põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 796-797).

O mais grave é que, dada a necessidade imperiosa de acumulação incessante, num período de crise estrutural em que não consegue reverter as tendências perturbadoras (haja vista os quase 40 anos de experimentos neoliberais) e, em última instância, declinantes, o capital tem se utilizado de forma ainda mais predatória dos recursos naturais e humanos, que submete a seu uso e juízo. Aquele caráter civilizatório, visto por Marx como impulsionador do desenvolvimento das forças produtivas e realizador da abundância, condição para a superação do reino da necessidade, está cada vez mais distante, dando lugar a uma produção destrutiva, novo traço genético do sistema em crise estrutural.

A devastação crescente e sem limites da natureza, juntamente com o desperdício de seus recursos não renováveis, e a negação das necessidades básicas de bilhões de famintos num mundo que esbanja riqueza concentrada são a demonstração mais cabal de que a fantasia liberal-capitalista da “feliz utopia da abundância sem limites” é cada vez mais desmascarada pela vida real nos quatro cantos do planeta (MÉSZÁROS, 2002, p. 155).

Com o próprio trabalho, fundamento do capital, como trabalho objetivado, não ocorre nada muito distinto. O aumento inescapável da produtividade, no processo de acumulação ampliada de capital, torna a necessidade do trabalho vivo cada vez mais reduzida, e os que permanecem no trabalho sofrem a intensificação da exploração e a desvalorização do custo

---

Deve-se a uma contradição estrutural do próprio sistema, pois o “capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para uma nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades ‘pós-industriais’ estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital ‘liberal’.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1.006).

do trabalho em benefício do lucro. Chama a atenção Mészáros que aqui “estamos à frente de uma contradição interna insolúvel do próprio capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 802).

Na quadra histórica em que vivemos, de esgotamento objetivo das possibilidades do sistema do capital para contornar suas contradições imanentes, quando não há mais territórios a ocupar, em que sua ânsia de lucro passa a enfrentar as necessidades sociais e o limite do consumo real dos indivíduos como mais uma barreira a ser ignorada ou suplantada, esperar do próprio sistema uma autorreforma substantiva, ou a reversão de seus objetivos alienantes e opressivos, é gerar uma nova fantasia dissociativa, na qual o lado mau do capital pode ser submetido pelo lado do bem, sem que deixem de ser partes do mesmo “sistema orgânico”, pulsando o mesmo coração e a mesma vontade, uma vez que o capital como tal permanece operando e ordenando a reprodução alienada da vida social. Pode-se crer que a mesma classe (os possuidores de capital) que põe é a classe que altera a ordem dominante, contrariando toda a história conhecida, desde os primórdios do ser social?

Para Mészáros, uma alternativa social radical que se proponha a superar as contradições destrutivas da ordem vigente só poderá vir do trabalho, antagonista estrutural do capital, que contraditoriamente alimenta produtivamente o sistema, ao mesmo tempo que, cada vez mais, se vê ameaçada em suas condições de existência. Afirma nosso autor que

o capital só pode, na melhor das hipóteses, avançar até o ponto de nos apresentar a própria alternativa, mas não pode se propor a solucioná-la por sua própria supressão. Muito pelo contrário, já que a perigosa lógica interna do capital pode apenas forçá-lo a resolver a alternativa em seu próprio favor, pela destruição radical das perspectivas de um final socialista por intermédio de suas bárbaras determinações materiais. (MÉSZÁROS, 2002, p. 698).

Faz-se necessário examinar os fundamentos desse conjunto de consequências econômicas, sociais e políticas provocadas pela forma de funcionamento do sistema, de seu modo de existência, pois ele não pode ser outra coisa, nem deter-se, em obediência à sua própria lógica autorreprodutiva, diante de quaisquer obstáculos, porquanto foi assim que se tornou o sistema mais eficiente na produção de excedente e no domínio da natureza a serviço da espécie humana na história; do contrário já haveria sucumbido.

Diante disso, não há como colocar ingênuos desejos reformistas a encobrir o que cinco séculos de capitalismo nos ensinou e nos obriga a viver. Mészáros, nesta passagem,

sintetiza de maneira inquestionável algumas das contradições que movem e alimentam o sistema no cotidiano da vida em sociedade:

Considerando que o capital só pode funcionar por meio de contradições, ele tanto cria como destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua “cultura jovem” e a arruína; gera as condições de uma velhice potencialmente confortável, com reservas sociais adequadas, para sacrificá-las aos interesses de sua infernal maquinaria de guerra. Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital. Se não fosse pelo fato de que o capital necessita do trabalho vivo para sua autorreprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de nêutrons certamente se tornaria realidade. Mas, já que tal “solução final” é negada ao capital, somos confrontados com as consequências desumanizadoras das suas contradições e com a crise crescente do sistema de dominação. (MÉSZÁROS, 2002, p. 802).

Compreender o que é o capital, enquanto uma relação social, e como organiza seu processo autorreprodutivo, subordinando os homens e a natureza a seus “imperativos cegos” e alienantes, é uma condição inexorável para que possamos enfrentar a crise estrutural e evitar a destruição da humanidade, constituindo uma forma alternativa de controle sociometabólico – recolocando o progresso produtivo material a serviço das necessidades humano-genéricas e sob o controle autodeterminado dos produtores.

## 2. Quais os desafios diante deste novo tipo de crise – a estrutural?

Há um consenso entre os pensadores contemporâneos quanto ao reconhecimento de que o sistema do capital já não é como antes, e que a tendência à crise, que sempre marcou sua fase madura, tem se manifestado de forma distinta a partir do último terço do século XX. Ao mesmo tempo, há uma enorme resistência a uma definição mais unânime a respeito da natureza desta crise e de como as forças do trabalho devem enfrentá-la. O mais preocupante no debate decorrente dessas divergências é o fato de que, a depender de como se entende a natureza da crise do capital, vão-se eleger os meios e as finalidades da luta de classes em favor dos interesses emancipatórios do trabalho.

Pensamos que a realização dos interesses imediatos e estratégicos do trabalho na luta contra o capital não pode ser avaliada apenas com base na sua força social organizada. Ainda que sem a necessidade e a vontade políticas não há luta de classe para o trabalho, ela só terá algum êxito duradouro se for capaz de identificar os desafios da realidade objetiva e imperativa da ordem social sob o domínio do capital. Portanto, todo o debate em

torno da natureza da crise do capital não é uma questão semântica ou especulativa, mas determinante para que a classe trabalhadora possa melhor se defender dos agravos da exploração e avançar em direção a uma ofensiva que coloque em xeque o capital, com uma alternativa socialmente radical e superadora de suas contradições.

Tanto na esquerda anticapitalista quanto na direita mais liberal, ou autoritária, observa-se um enorme esforço por se encontrar justificativas e medidas emergenciais: das forças de direita, que possam atenuar os danosos efeitos provocados pela crise sobre a lucratividade dos capitalistas, e da esquerda, que possam recuperar as perdas (antes, supostos ganhos permanentes) materiais da classe trabalhadora. Com essa finalidade, produz-se enormes embates parlamentares com o objetivo de se estabelecer um pacto mediante uma nova estratégia de distribuição dos ônus e dos bônus da crise entre as classes.

O que se faz notar como problemático é que as forças sociais do trabalho têm a ilusão de que a margem de negociação do capital, em favor de alguns benefícios ao trabalho que gerou alguns resultados limitados no passado, na fase de ascendência do capital, ainda existe e pode ser alargada. O cenário mudou e a crise é estrutural, o que leva ao aprofundamento das próprias contradições insolúveis pelo sistema do capital, ameaçando a sua existência e a própria humanidade. Não se trata mais de fases conjunturais de baixas e altas superiores de lucratividade como se viu nas crises cíclicas anteriores. Nem se pode desprezar, nos tempos atuais, o ritmo socialmente destrutivo imposto pela lógica do sistema como condição inexorável ao prolongamento forçado de sua existência como ordem dominante.

Por mais antagônicos que sejam os interesses em luta na ordem do capital, podemos encontrar algo em comum entre essas posições políticas, de enorme efeito desnorteador para a luta emancipatória do trabalho: a suposição de que o capital pode ser controlado. Do ponto de vista dos capitalistas, pode ser recolocado no curso da lucratividade infinita, e para os trabalhadores, tem-se a ilusão de que é possível impor limites constritivos à exploração do trabalho (que, como vimos, o capital não pode suportar), alimentando a expectativa de se recuperar e ampliar os efeitos benéficos à sua causa, o que historicamente não pôde sustentar.

Ainda que o capital, na busca de recuperar sua estabilidade lucrativa, venha a manipular de forma discricionária o atendimento a algumas demandas da classe

trabalhadora, dividindo e fragmentando os trabalhadores, a tendência, já verificável há décadas, é que a restrição, e não a ampliação, da participação da classe trabalhadora na partilha da riqueza social tem predominado. Isso é a contraface de uma lei geral do sistema do capital, a qual aponta para a concentração e a centralização crescentes de capital, portanto, de riqueza social. Lei geral que não pode ser contrariada, principalmente numa época de crise profunda e permanente.

Desse modo, toda tentativa de reverter essa tendência com a aquiescência política do capital tem demonstrado sua ineficiência para a proteção do trabalho contra a intensificação da exploração, e, agora, até mesmo sem se poder contar com o efeito “atenuante” sobre ela, proporcionado pelos direitos e pelos ganhos materiais marginais do passado.

A despeito destes determinantes estruturais da crise do capital e do aprofundamento de suas contradições iminentes, os intelectuais e os representantes de classe do trabalho se esmeram em formular “soluções” aceitáveis pela ordem existente, que não questionem a relação-capital enquanto tal, qual seja, a inegociável e plena subordinação do trabalho aos imperativos autorreprodutivos do capital.

Nesse mesmo sentido, vemos uma predominância de insígnias (de interesse do trabalho?) que se voltam à defesa de lutas nacionalistas e anti-imperialistas; da tomada do poder do Estado com o fim de atender às demandas do trabalho, revertendo parte dos ganhos e do poder político do capital a favor do trabalho; da instauração de tributação progressiva; da “partilha das horas de trabalho”<sup>10</sup>; da utilização dos recursos financeiros para o pagamento da dívida pública em benefício dos gastos sociais; da regulação mais severa e/ou taxaço do capital financeiro especulativo para fins de investimentos sociais (lembremo-nos da taxa Tobin, desde os anos 90)<sup>11</sup>; e mais uma diversidade de medidas que, supõe-se, sejam exequíveis na ordem do capital. Com a ilusão de que se pode conciliar a necessidade de o capital sair da crise de lucratividade com políticas que visem ressarcir o trabalho das perdas materiais, impedir a intensificação da exploração, e dirimir o risco real, de cada vez um maior número de trabalhadores ser privado da relação de assalariamento – exclusiva condição de existência a eles imposta pelo capitalismo.

---

<sup>10</sup> Ver Chesnais (2017).

<sup>11</sup> Ver Chesnais (1999).

Se, por um lado, podemos constatar que essas propostas ilusórias em defesa do trabalho em nada alteram sua subordinação ao capital e à tendência destrutiva do sistema, por outro – o que é ainda pior –, mesmo que não queiram, expressam a crença liberal de que o crescimento do capitalismo é benéfico a todos, ainda que de forma desigual. Pois pretender tirar o capitalismo da crise, contando com o retorno à sua espiral do crescimento, e reivindicar melhorias ao trabalho sob a lógica do capital constituem uma contradição em termos. O capital só pode se fortalecer e recuperar suas taxas de lucratividade com a acentuação das formas de exploração sobre os trabalhadores do centro e da periferia mundo, com a ajuda indispensável do poder político-econômico exercido pelo capital através do Estado.

Na crise estrutural, isso é um diferenciador determinante das demais crises, uma vez que a legitimidade da promessa de crescimento e desenvolvimento contínuos é suplantada pela crise estrutural. Mézáros observa que crescimento passou a significar desperdício e destruição, provocando a transformação da “sociedade da abundância em uma ilha”. A alegada promessa de uma universalização do alto consumo de massa se traduz hoje no crescimento de uma problemática população supérflua.

Tanto as esperanças emancipatórias como os meios de combate ao capital sofrem enorme alteração se tratamos de uma crise conjuntural e temporária, ou se sofremos os desafios à sobrevivência humana sob os impactantes efeitos de uma crise estrutural. Mesmo a reação capitalista à crise não tem obtido o êxito esperado; as políticas adotadas não têm resistido ao tempo, como se pode observar na ineficácia dos paliativos aplicados pela bateria de medidas autoritárias neoliberais, uma vez que não pode ver, e enfrentar, as causas enquanto causas. Os espaçados e curtos períodos de recuperação econômica do sistema servem apenas à defesa dos grandes capitais contra as turbulências passadas e as vindouras, concentrando capital<sup>12</sup> de uma forma nunca antes vista na ordem do capital e contrariando todas as expectativas redistributivistas<sup>13</sup>, que ainda resistem às evidências da história (MÉSZÁROS, 2007).

---

<sup>12</sup> Mesmo intelectuais preocupados com a saúde do capitalismo, como Piketty, fornecem dados alarmantes, ao quais comprovam que nos “Estados Unidos (...) a renda dos 50% mais pobres da população foi congelada nos últimos 30 anos, enquanto a do 1% mais rico aumentou em 300%”. (TROTTA, 2017).

<sup>13</sup> Segundo dados do Documento Informativo da Oxfam, nº 210, divulgado em janeiro de 2016: “O 1% mais rico da população mundial detém mais riquezas atualmente do que todo o resto do mundo junto”. Os dados mais atuais, do Informe divulgado em janeiro de 2017, mostram que “A superconcentração de riqueza segue

Não devemos esquecer que as próprias alternativas criadas pelo capital para enfrentar a queda tendencial da taxa de lucro revelam uma sucessão de fracassos no combate a seus desequilíbrios, provocados pela alternância entre recessão e crescimento, em toda a sua história. Por não ser capaz de resolver suas contradições imanentes, apenas podendo protelar seus efeitos explosivos, impossibilitado que é de enfrentar suas causas, como já mencionado acima, o alegado sucesso do keynesianismo, que não durou, onde pôde existir, por mais de 30 anos, foi substituído por uma estratégia aparentemente antinômica – pelo neoliberalismo<sup>14</sup>. Este foi incapaz de apresentar as credenciais do crescimento econômico e da estabilidade política na luta de classes que aquele pôde oferecer ao sistema, ainda que por curta temporada histórica.

O que se impõe à classe trabalhadora para fazer eco às necessidades de retorno à crescente lucratividade do sistema é a lógica do “consumo restritivo”, da distribuição regressiva, da economia de recursos e do sacrifício de todos para o bem geral da recuperação dos investimentos e dos empregos, enfim do capital, numa inversão visível do que se viu com o consumo de massa revitalizador do capitalismo, durante o *Welfare State*.

Com a crise estrutural, a expansão distributiva do consumo é uma impossibilidade, pois, segundo Mézáros,

uma importante pressão objetiva na direção oposta traz consigo o fim de políticas de consenso e a necessidade de legitimar os ataques às fundações materiais do “Estado de bem-estar social”; implicando, novamente, uma mudança do padrão de distribuição – entretanto, agora de um tipo restritivo – para uma base neoconservadora mais agressiva. Consequentemente, não é de modo algum algum acidental que as recentes racionalizações

---

inabalável. O resto, a grande maioria de cidadãos de todo o mundo e especialmente os setores mais pobres, estão ficando à margem da reativação da economia”. As pesquisas realizadas por esta organização são de enorme valia para o monitoramento dos danos sociais da crise do capitalismo e dos efeitos de suas medidas remediadoras quanto à queda da lucratividade. Todavia, não faz parte do aporte crítico da organização procurar as causas fundamentais da desigualdade crescente no sistema do capital. Considera como possível reverter esse aprofundamento da desigualdade mundial através de medidas reguladoras e distributivistas que controlem o sistema, apelando às “lideranças mundiais para que tomem medidas que demonstrem que elas estão do lado da maioria e que desejam, efetivamente, pôr fim à crise da desigualdade. Desde aumentos no salário a melhores medidas para regular mais eficazmente as atividades do setor financeiro, há muito que os formuladores de políticas podem fazer para pôr fim à economia para o 1% e começar a construir uma economia humana que beneficie a todos”. (Oxfam, 2016, 2017).

<sup>14</sup> Vale lembrar, com Rieszniak (2012), que o neoliberalismo nasceu do fracasso dos remédios keynesianos, e agora, novamente, o keynesianismo se apresenta como uma alternativa ao fracasso do neoliberalismo. Diz o autor que “intervensões governamentais podem postergar ou mitigar uma crise; mas a necessidade de tais intervenções só é uma prova da profundidade da situação de crise”. Acrescenta Rieszniak: “um capitalismo ‘saudável’ é um capitalismo estritamente competitivo, e as imperfeições da concorrência nas etapas primitivas e últimas de seu desenvolvimento devem ser vistas como as enfermidades próprias de um capitalismo senil”. (RIESZNIK, 2013, p. 106).



ideológicas dos ditames materiais do capital, com entusiasmo crescente, realizem um “retorno aos valores vitorianos” à medida que os sintomas de uma crise estrutural ganham intensidade. (MÉSZÁROS, 2002, nota 8, p. 680).

Diante dessas determinações objetivas do sistema do capital, as forças sociais do trabalho hesitam em mergulhar profundamente na análise das raízes da crise e mostram-se incapazes de identificar o seu real funcionamento, as leis gerais que a regem, suas tendências e contratendências, bem como, em aferirem a capacidade e os resultados efetivos que o sistema tem demonstrado de mitigar suas contradições estruturais. Modificar a compreensão a respeito da crise e do mundo sob os quais vivemos, trata-se de uma obrigação política irrecusável por aqueles que se põem do lado da maioria da população, que é trabalhadora, e da história, a qual exige alternativas radicais ao estado de coisas dominante. Do contrário, ficaremos à mercê da vontade e da ação destrutiva do capital, insistindo em controlar sua sede de lucro e colaborando involuntariamente para a sua revitalização ao adotar uma atitude passiva diante dos desafios estratégicos que irrompem à nossa frente.

Tal posicionamento rebaixa a capacidade para se entender as determinações decisivas do mundo objetivo e se reconhecer a história com suas leis próprias, subordinando-a à prevalência de puros desejos da vontade ou de posições particularistas de classe. A vontade política e organizada de classe, para ter êxito em seus princípios emancipatórios, não pode prescindir da capacidade de operar num mundo objetivo existente exterior à sua consciência idealmente constituída. Para transformá-lo não pode se privar de intervir em suas determinações causais.

Se adotarmos uma posição apassivada e orientada pela aparência das coisas, ficaremos à mercê daqueles que acreditam pura e simplesmente que “o capitalismo sempre renasce das cinzas” (Riesznik, 2013) ou que “assim como conseguiu resolver seus problemas no passado, o capital o fará indefinidamente também no futuro”, ou ainda que “o capital tem à sua disposição uma imensa força repressiva que pode usar livremente, tanto quanto quiser, na resolução de seus crescentes problemas”. Méészáros acrescenta, quanto a este último argumento, que apesar de ser “inquestionável que a capacidade de destruição e repressão acumuladas [do capital] é assustadora”, sabe-se também que “nada se resolve, nem jamais foi resolvido, apenas pela força” (MÉSZÁROS, 2002, p. 807).

Não se deve subestimar a capacidade do capital de obter “sucesso temporário” ao implementar medidas que possam contornar alguns efeitos regressivos da crise estrutural; todavia, segundo nosso autor,

num prazo mais longo elas podem somente agravar a crise. Os problemas estruturais (...) equivalem a um importante entrave no sistema global de produção e distribuição. Dada a sua condição de entrave, exigem **remédios estruturais** adequados, e não a sua multiplicação pelo adiamento e pela repressão forçados. (MÉSZÁROS, 2002, p. 807). (grifo nosso).

Esse quadro problemático de opções que restam ao capital não o impede de criar indefinidamente medidas protelatórias do caráter explosivo de suas contradições vitais (recursos humanos e naturais); no entanto, não se pode supor que o grau de tolerância dos trabalhadores, cada vez mais privados de condições dignas de existência, em contraste com o impositivo crescimento e a concentração da riqueza favorecidos pela crise, permanecerá o mesmo por tempo também indefinido.

A reação popular às manifestações das crises de curta temporalidade, como as que ocorreram no passado, foi pacificada, em meados do século XX, com a adoção de políticas voltadas aos trabalhadores que traziam alívios materiais de curta duração, como no período da expansão dos direitos do trabalho, de aumentos reais de salários e do “pleno emprego”, ainda que para parcelas diminutas da classe trabalhadora mundial, durante o Estado de Bem-Estar Social. Este coincidiu com o período de alto crescimento do capital social total, e ao invés de enfraquecê-lo, tornou-se um dos fatores da revitalização do capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial.<sup>15</sup>

Com a crise estrutural oriunda deste período de esgotamento do modelo keynesiano, em que os interesses do capital, com a ajuda direta do Estado, puderam ser atendidos em consonância com alguns ganhos temporários para parte da classe trabalhadora dos países

---

<sup>15</sup> Nesse período de bonança capitalista criou-se a ilusão de que o risco de ocorrência das crises do capital havia ficado para trás na história. As forças políticas “representativas” do trabalho desprepararam-no para o futuro que estava por vir com ainda mais severidade no curso de uma crise estrutural. Chama a atenção Mézszáros que se “no período pós-guerra, tornou-se embaraçosamente antiquado falar de crise capitalista – mais um outro sinal da postura defensiva do movimento do trabalho (...) – isso foi devido não apenas à operação prática bem-sucedida da maquinaria que desloca (por difundir e por retirar a espoleta explosiva) as próprias contradições. Foi também devido à mistificação ideológica (do “fim da ideologia” ao “triunfo do capitalismo” organizado e à “integração da classe trabalhadora” etc.) que apresentou o *mecanismo de deslocamento* [das contradições] sob o disfarce de remédio estrutural e *solução permanente*”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 796).

avançados, não se conta mais com a base objetiva do crescimento que favoreceu tais políticas. Hoje, predominam a contração da economia mundial, a austeridade fiscal e o autoritarismo político, estratégias políticas do capital e de seu Estado que resultam nos graves danos sociais provocados pela política neoliberal que impera no capitalismo mundial.

Da mesma forma, os ganhos e formas de luta defensivas do passado não são mais suficientes para enfrentar, no presente, as consequências da crise estrutural em todas as esferas da vida social e natural. Essa mudança levará tempo para ser percebida pela massa de trabalhadores, e mesmo as forças socialistas não se mobilizarão ainda “num esforço consciente para se apresentarem como portadoras da ordem social alternativa capaz de substituir a sociedade em crise”. Compreender que se trata de uma crise estrutural significa que as estratégias de luta *contra* o capital, nos termos de uma ofensiva socialista, se impõem como inevitáveis para que, diante das enormes dificuldades objetivas, possam ter algum êxito.

A luta socialista por uma sociedade em que o trabalho se baseie na cooperação e tenha sob seu controle a propriedade comum dos meios necessários à vida social, nos quadros de uma crise estrutural, não deve de imediato perceber com clareza a natureza da crise e dos desafios postos.

Para Mészáros,

como as mudanças exigidas são muito drásticas, em vez de prontamente aceitarmos o “salto para o desconhecido”, é mais provável que se prefira seguir a “linha de menor resistência” ainda por um tempo considerável, mesmo que isso signifique derrotas significativas e grandes sacrifícios para as forças socialistas. Somente quando as opções da ordem predominante se esgotarem se poderá esperar por uma virada *espontânea* para uma solução radicalmente diferente. (O completo colapso da ordem social no curso de uma guerra perdida e os levantes revolucionários subsequentes, conhecidos da história passada, ilustram bem esta questão.) (MÉSZÁROS, 2002, p. 788).

Como já mencionado, reconhecer o caráter da crise estrutural e preparar-se adequadamente para enfrentar os danos estruturais por ela causados à vida humana não é uma tarefa fácil, nem aceita por todos. O debate sobre se seu início se deu em 2008, nos EUA, ou se se apresenta em ciclos mais prolongados e renitentes de contração da economia desde os anos 1970, não pode tirar o foco dos elementos estruturais que ela apresenta, e,

por fim, do que ela revela: o capital é incontrolável<sup>16</sup> e não é capaz de resolver suas contradições iminentes, apenas de deslocá-las, tornando-as mais explosivas no decorrer do tempo histórico.

Que os representantes do capital mascarem os determinantes causais da crise como meras manifestações de erro de percurso do sistema global, portanto, ajustáveis; ou da ganância dos executivos, portanto, reguláveis e controláveis legalmente; ou trate os problemas crônicos como “disfunção passageira” e distúrbio temporário, sempre na esfera dos efeitos e consequências, bastando-lhes aplicar seus “corretivos *post festum*” com o único intuito de preservar “a lucratividade global do sistema”, não nos deve surpreender (MÉSZÁROS, 2002, p. 1.003, 666).

Só os capitalistas podem produzir “soluções simplistas” – não podem questionar a *causa sui* do capital –, pois sua existência é posta por ele e como personificação do capital atua em defesa de sua reprodução contínua e supostamente a-problemática (MÉSZÁROS, 2009, p. 132).

Os socialistas, não! Não podem ignorar a gravidade e a profundidade da crise insolúvel e em andamento que coloca em xeque a viabilidade do sistema, como já argumentamos. Se quiserem solucionar positivamente as contradições que estão a colocar em risco a própria existência da humanidade, têm como única solução realizar uma “genuína transformação socialista do sistema”, substituindo-o por um modo de “reprodução social com base no controle dos produtores”, num exercício de “determinação coletiva”, cooperativa e de solidariedade. A “capacidade de os seres humanos confrontarem e resolverem seus problemas” reserva a nós, segundo Mézáros, o “princípio da esperança”, ou seja, de que há alternativa (MÉSZÁROS, 2013, p. 40).

Diferentemente do passado das lutas socialistas, nos termos colocados por Marx, em que “a teoria marxista lutou como pôde para se realizar, mas a própria realidade se recusou a lutar a seu lado da maneira esperada e estipulada”, hoje a “situação é diametralmente oposta”. Com a crise estrutural, “a realidade está começando a se movimentar em direção ao pensamento”. Num tom acentuado de alerta, questionando a relação entre a objetividade do mundo e a consciência socialista dominante, Mézáros aponta para uma inadequação

---

<sup>16</sup> Uma abordagem mais desenvolvida sobre a tese da incontrolabilidade do capital desenvolvida por Mézáros pode ser encontrada em Paniago (2012).

do pensamento (e suas “indispensáveis forças organizacionais e materiais”), que se “recusa a caminhar na direção da realidade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 219).

A realidade da crise estrutural demanda um pensamento socialista capaz de enfrentá-la positivamente, a seu tempo, com condições de “agarrar as massas”; objetivo possível apenas “se as aspirações nele [no pensamento] expressas corresponderem às necessidades reais das pessoas.” Como encontrar os meios para combinar ações de resistência e ações ofensivamente positivas contra o capital, no cotidiano da luta de classes, é uma outra discussão, que vai bem além do tema deste artigo (MÉSZÁROS, 2002, p. 218).

Porém, sem ter em vista os verdadeiros desafios de uma época de crise estrutural, ou duvidar de sua severidade, sua abrangência no espaço global e sua permanência no tempo, de nada adianta traçar estratégias vãs, que nos fazem projetar fracassos em bases já conhecidas na história. Ao contrário, a necessidade de superar a crise estrutural do sistema é uma urgência histórica. Para isso, temos de enfrentar as causas da crise enquanto causas, portanto, o capital, e romper a “docilidade” reformista, fazendo irromper a indignação contra a devastação social e da natureza em progresso.

Em uma forte e expressiva referência utilizada por Chesnais (2017), vemos mais plenamente expressa a urgência de uma tomada de posição inadiável, quando finaliza um artigo e diz: “Plantar a semente da cólera – desde que ela seja dirigida contra o capitalismo realmente existente – e apoiá-la, quando ele explode em múltiplos terrenos onde as desigualdades suscitam a indignação, até que o horizonte se clarifique, é uma tarefa política cotidiana”. À luta “quotidiana” contra inúmeros alvos que exigem nossa contínua resistência, acrescentaríamos, deve-se associar um pensamento socialista ofensivo que encare a dura objetividade da crise estrutural e os desafios inescapáveis de nosso tempo, e, assim, possa se tornar capaz, ao “agarrar as massas”, de assegurar uma alternativa genuína e sustentável ao capital.

#### BIBLIOGRAFIA:

CHESNAIS, F. **Tobin or not Tobin?** São Paulo: Editora Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. “O capitalismo encontrou limites intransponíveis?”. *In: O Comuneiro*. Revista Eletrônica, nº 21, março de 2017. Disponível em:

[http://www.ocomuneiro.com/nr24\\_01\\_FrancoisChesnais.html](http://www.ocomuneiro.com/nr24_01_FrancoisChesnais.html). Acesso em: 12 de abril de 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. Entrevista à Revista Novos Temas, nº 8. São Paulo: Instituto Caio Prado, 1º semestre 2013.

\_\_\_\_\_. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

OXFAM. Documento Informativo, nº 210, de 18 de janeiro de 2016. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Resumo\\_0.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Resumo_0.pdf). Acesso em: 8 de abril de 2017.

OXFAM. Informe da Oxfam. Resumo. Janeiro de 2017. Disponível em: [https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_attachments/bp-economy-for-99-percent-160117-summ-es.pdf](https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp-economy-for-99-percent-160117-summ-es.pdf). Acesso em: 8 de abril de 2017.

PANIAGO, M.C.S. **Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital**. Maceió: Instituto Lukács. 2012.

RIESZNIK, P. “Sobre la Crisis Mundial, Marx y Keynes: algunos comentarios pertinentes. **Revista de Políticas Públicas** – número especial – outubro. São Luiz: EDFUMA, 2012.

TROTTA, T. “Oito homens possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre da humanidade. A superconcentração de capitais aumentou em 2016, segundo o relatório da Oxfam.” *In*: El País, Madrid, 16 de janeiro de 2017. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/economia/1484311487\\_191821.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/economia/1484311487_191821.html). Acesso em: 8 de abril de 2017.